

ANEXO H – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E INTER-HOSPITALAR
MÓVEL



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE**

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/MARINHA DO BRASIL/COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL/CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE

CONTRATADO: Prestadoras de serviço para atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel.

OBJETO: Prestação de serviços de atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar.

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA: ____/____/____.

VALOR ESTIMADO: _____

REGIME DE EXECUÇÃO: Indireta, empreitada por preço unitário.

PROCESSO Nº: _____

CONTRATO Nº: _____

A União, entidade de direito público interno, por intermédio da CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE (CFPA), órgão do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil, com sede na Rua dos Andradas nº 386, Centro Histórico, Porto Alegre/RS – CEP 90020-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0143-66, representada neste ato pelo Capitão dos Portos de Porto Alegre, Capitão de Mar e Guerra _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pelo Serviço de Identificação da Marinha, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a nização de Saúde Extra Marinha (OSE) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à _____ nº _____, _____/RS, CEP _____, neste ato representada pelo Diretor _____, portador da cédula de identidade nº _____ expedida pela _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, nos termos da legislação infraconstitucional constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

1. A finalidade deste Contrato é garantir aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE), serviços especializados de remoção, evacuações pré-hospitalares e inter-hospitalares terrestres, por meio de socorro móvel ou ambulâncias, incluído assistência médica e enfermagem.

1.1. O objeto contratual abrange o atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel, com observância das seguintes especificações mínimas, nos termos da Portaria nº 2.048, de 11 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde:

1.1.1. Ambulâncias do TIPO B – Ambulância de Suporte Básico: veículo destinado ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino.

1.1.2. Ambulâncias do TIPO D – Ambulância de Suporte Avançado: veículo destinado ao atendimento de transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalar e/ou transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos; bem como dos materiais, medicamentos e equipamentos previstos na Portaria acima referida.

1.2. O atendimento pré-hospitalar será realizado por meio de pronto socorro móvel ou ambulâncias, nas situações de emergências e de urgências médicas, por equipes compostas de auxiliares treinados e lideradas por médico intensivista, nos casos de emergências e urgências envolvendo militares em serviço em suas Organizações Militares, após indicação de médico ou na ausência deste de profissional de saúde capacitado.

1.3. O atendimento inter-hospitalar compreende o transporte de pacientes entre a rede hospitalar ou para essa, na área de abrangência especificada neste Termo.

1.4. A equipe responsável pela prestação dos serviços, nos casos de urgência e emergência, deverá ser composta por:

1.4.1. Um motorista com curso de socorrista;

1.4.2. Um técnico ou auxiliar de enfermagem habilitado; e,

1.4.3. Um médico intensivista, ou médico com curso de *Advanced Trauma Life Support (ATLS)* ou *Advanced Cardiac Life Support (ACLS)*.

1.5. A equipe responsável pela prestação dos serviços, nos demais casos, deverá ser composta por:

1.5.1. Um motorista com curso de socorrista; e,

1.5.2. Dois profissionais de enfermagem habilitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital

2. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº ____ da Capitania Fluvial de Porto Alegre (CFPA), de ____ de ____ de ____, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do fundamento legal

3. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, *caput* e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução

4. As condições gerais de execução dos serviços constam no Capítulo 7 “DO REGIME DE EXECUÇÃO”, do Edital de Credenciamento, observadas as regras especiais abaixo registradas.

5. A prestação do serviço especializado deste contrato engloba:

5.1. Atendimento aos usuários que descrevam características ou sintomatologias de urgência e/ou emergência e que requeiram atenção ou cuidados médicos, em tempo correspondente à necessidade da urgência/emergência entre a chamada telefônica e a efetiva prestação da assistência médica.

5.2. A remoção ou evacuação inter-hospitalar, para os hospitais e clínicas credenciadas pelo CONTRATANTE, dando continuidade ao atendimento médico prestado pelos serviços de urgência e emergência; e,

5.3. A remoção ou evacuação pré-hospitalar com ambulância UTI, quando caracterizado casos graves, conforme item 1.4. deste contrato, ou com ambulância de suporte básico, nos demais casos.

6. Os serviços de remoção ou evacuação serão requeridos, por meio da Central Telefônica no número de emergência do CONTRATADO, que atenderá as solicitações de serviço, sem interrupções, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia e por todo o ano.

6.1. O CONTRATADO deverá ser informado da localização do paciente e do quadro sintomático, no ato do atendimento. SOMENTE o CONTRATANTE poderá requisitar o serviço.

7. Nas remoções terrestres o usuário poderá ser acompanhado por uma pessoa. No caso de atendimento a menor de 18 (dezoito) anos e maiores de 65 anos, admitir-se-á até dois acompanhantes.

7.1. Os acompanhantes não poderão intervir no atendimento do paciente, sob pena de expulsão do veículo onde quer que este se encontre.

8. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através da fiscalização periódica e regular de, pelo menos, um dos membros da equipe de auditores do CONTRATANTE ao socorro móvel e ambulâncias do CONTRATADO, bem como os respectivos materiais pertinentes.

9. Para fins de faturamento a comprovação da hora parada bem como o tipo de transporte terrestre utilizado deverá ser realizada mediante preenchimento e assinatura de impresso próprio (apêndice I, deste Termo) pelo usuário do SSM e/ou responsável legal e anexado à Guia de Autorização do Usuário (GAU).

10. Os tratamentos não cobertos por parte do FUSMA não se incluem na presente contratação.

10.1. Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, procedimento, material e afins.

11. No caso de óbito de usuário, o CONTRATADO notificará, de imediato, a família do paciente e a Divisão de saúde da CFPA, através do tel (51) 999254814 ou (51) 984529981 ou pelo E-mail cfpa.saude@marinha.mil.br, a quem caberá tomar as providências subsequentes.

12. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Portaria da CFPA. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

13. O Serviço de Auditoria da CFPA possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do usuário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

14. As solicitações de remoções inter-hospitalar e pré-hospitalar para usuários não vinculados ao FUSMA só poderão ser realizadas após autorização da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA ASSISTÊNCIA DE EMERGÊNCIA

15. A assistência de emergência compreende os quadros clínicos agudos que impliquem em

risco de morte ou requeiram atendimento imediato.

16. O tratamento prolongar-se-á até a estabilização do paciente e, caso seja indicado, proceder-se-á a internação, na rede hospitalar indicada por parte do CONTRATANTE, por meio de uma UTI móvel terrestre, especialmente estruturada para minimizar o risco vital do paciente até o centro de tratamento definitivo.

17. A assistência de Emergência abrange os quadros clínicos agudos e cirúrgicos que impliquem em risco de vida, assim entendidos:

17.1. Doenças cardiovasculares (parada cardíaco respiratória, infarto agudo do miocárdio, angina “*pectoris*”, edema agudo de pulmão, arritmias e acidente vascular cerebral);

17.2. Doenças respiratórias (insuficiência respiratória aguda, crise asmática, entre outros);

17.3. Doenças neurológicas (com fortes dores de cabeça, com vômito ou não, síncope, convulsão, coma, entre outros);

17.4. Comas metabólicos, politraumatismos, afogamentos, choques elétricos;

17.5. Grave comprometimento raque medular, grandes queimaduras (acima de 15% da superfície corpórea);

17.6. Intoxicações graves, anafilaxia e toda outra situação que comprometa severamente um ou mais sistemas vitais;

17.7. Atropelamentos, acidentes domiciliares, de trânsito e outros;

17.8. Toda e qualquer situação que possa ser interpretada como risco de vida; e

17.9. Ficam excluídos da presente contratação os serviços de atendimento aos casos de alta hospitalar, consultas ambulatoriais, sessões de radioterapia, quimioterapia, hemodiálises, doenças de notificação compulsória, transporte de doadores ou órgãos, trabalho de parto, distúrbios neurovegetativos, alcoolismo crônico e dores de dente.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o Capítulo 8 “DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO”, constante do edital de credenciamento.

19. Registrem-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato:

20. O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços (anexo “P” do edital) que conjuguem avaliação, prescrição e acompanhamento com acomodações (hotelaria), taxas hospitalares, instrumental cirúrgico, gasometria, equipamentos e outros serviços especiais para efetivação do tratamento proposto.

21. A área de abrangência deste contrato compreenderá os municípios abrangidos pela CFPA, disponível no endereço eletrônico <https://www.marinha.mil.br/dsm/file/1819>.

21.1. Mediante autorização da Divisão de Saúde da CFPA, e em alguns casos da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM), poderão ser realizados deslocamentos fora da área de abrangência deste contrato.

22. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tiver sido encaminhado por parte da CFPA, acompanhado da GAU, com a assinatura do usuário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

23. Procedimentos não especificados na GAU e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

24. Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

25. O CONTRATADO se obriga a apresentar a CREDENCIANTE, **entre o 1º (primeiro) e o 10º (décimo) dia do mês subsequente**, a(s) fatura(s), contemplando todos os serviços prestados até o último dia do mês considerado, em nome da Capitania Fluvial de Porto Alegre, Unidade Gestora do Fundo de Saúde da Marinha, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Apresentação do Usuário (GAU) originais emitidas pela CFPA, com as assinaturas datadas dos usuários ou de seus responsáveis.

25.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução.

25.2. Na(s) respectiva(s) fatura(s) deverá constar: o número da GAU, o nome completo do usuário e o seu Número de Identificação Pessoal (NIP). As faturas e respectivas comprovações deverão ser entregues na Sala de Estado (Portaria) da Capitania Fluvial de Porto Alegre (CONTRATANTE), de segunda a sexta, exceto feriados, entre 08:30h e 16:00h.

26. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, em ordem alfabética, organizados por despesas.

27. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

28. As faturas serão auditadas **no prazo de até 30 (trinta) dias úteis** a contar da data de recebimento. Verificadas eventuais inconformidades será emitido o Relatório de Glosas (anexo "Q" do Edital) pelo CONTRATANTE e os valores parcial ou totalmente glosados, serão

informados ao CONTRATADO, discriminando o item e o valor com as razões das glosas efetuadas conforme o anexo “V” do Edital.

28.1. O Relatório de Glosa será enviado, preferencialmente, via digital através do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br ou, se necessário, por meio físico.

28.2. O CONTRATADO deverá informar um endereço de e-mail funcional para troca de informações sobre a auditoria de contas;

28.3. O CONTRATADO deverá notificar o recebimento do Relatório de Glosa, por meio do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br, podendo ser enviado o relatório fisicamente, caso seja necessário.

29. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o edital.

30. Caso a CONTRATADA não apresente a documentação no prazo estipulado sem a devida justificativa para o atraso, a CONTRATANTE poderá aplicar glosa administrativa e não realizar o pagamento da(s) fatura(s).

31. O **CONTRATADO** poderá interpor pedido de reconsideração (**contra glosa**), contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, dentro do prazo de **10 (dez) dias corridos** a contar da data de recebimento da glosa.

32. O **CONTRATANTE** terá um prazo de **10 dias úteis para verificação do recurso apresentado na Contra Glosa**. Uma vez procedente, o CONTRATANTE efetuará o pagamento. Caso contrário, a CONTRATANTE informará o resultado ao CONTRATADO e arquivará a documentação.

33. A emissão da **Nota Fiscal**, a fim de efetuação do pagamento dos serviços prestados, deverá ocorrer **após o completo processo de auditoria**, com o saneamento de possíveis glosas. A Nota Fiscal poderá ser enviada por meio do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br.

34. A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço deverá ser emitida em nome da **Capitania Fluvial de Porto Alegre, CNPJ nº 00.394.502/0143-66**, Endereço: Rua dos Andradas nº 386, Centro Histórico, Porto Alegre/RS CEP 90020-000, na qual deverá constar o número da Nota de Empenho (NE) correspondente e os dados bancários do CONTRATADO, para crédito em conta corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

CLÁUSULA SEXTA - Da atualização dos preços.

35. O critério de atualização dos preços contratados consta conforme o Capítulo 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência.

36. O prazo de vigência da contratação é **limitada a 60 (sessenta) meses de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 60 meses**, totalizando a vigência máxima de 120 (cento e vinte) meses. Após este período não cabe prorrogação, na forma do art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária.

37. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

37.1. Para OSE: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno B42201002DU, no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais/ano) – Empenho Estimativo.

37.2. Para PSA: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820 e Natureza de Despesa 339036 e Plano Interno B42201002DU, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais/ano) – Empenho Estimativo.

CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil.

38. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

39. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

40. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrente de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções.

41. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 “DAS SANÇÕES”, do Edital de

credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.

42. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 “DA RESCISÃO”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante.

43. As obrigações constam da Seção 10 “DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.

44. As obrigações constam da Seção 11 “DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da negação de remuneração a militares.

45. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da subcontratação.

46. É permitida ao CREDENCIADO subcontratar parte dos serviços objeto deste Contrato, desde que, no momento da contratação, haja definição quanto a empresa em espécie, assim como a pessoa jurídica subcontratada. O CREDENCIADO poderá subcontratar os seguintes serviços: unidades de terapia intensiva, serviços laboratoriais, serviços de apoio ao diagnóstico, serviço de atendimento de enfermagem, locação de material hospitalar, serviços de remoção terrestre e outros que se fizerem necessários, de acordo com o caso concreto.

46.1. O subcontratado deverá preencher os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, postos no Edital.

47. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do valor do contrato.

48. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos gastos com atendimentos médico-hospitalares nos últimos 12 (doze) meses pela CFPA, na área de saúde, da respectiva especialidade.

49. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato.

50. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período; em consonância com o regime de empreitada por preço unitário.

51. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direito quanto ao valor estimado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Obrigações pertinentes à LGPD.

52. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

53. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

54. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

55. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

56. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

57. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

58. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

59. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

60. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

61. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

61.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

62. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

63. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Do foro.

64. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

65. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado,

em todas suas cláusulas e condições.

Porto Alegre, ____ de _____ de 20____.

Pelo CONTRATANTE:

Pelo CONTRATADO:

FLÁVIO FIRMINO DOS SANTOS
Capitão de Mar e Guerra
Ordenador de Despesas da Capitania Fluvial
de Porto Alegre

Nome completo
CPF
Representante legal

TESTEMUNHAS:

Nome completo
CPF
Testemunha

Nome completo
CPF
Testemunha



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE**

APÊNDICE I

TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E INTER-HOSPITALAR

Paciente: _____ NIP: _____

Titular: _____ NIP: _____

Data do Atendimento: ____/____/____

Tipo de Atendimento		Tipo de Ambulância	
Atendimento de Ida		Tipo B	
		Tipo D	
Atendimento de Volta		Tipo B	
		Tipo D	

Ida: ____:____hs à ____:____hs Volta: ____:____hs à ____:____hs

Distância Percorrida: _____km Hora(s) Parada: ____hs

Dados dos profissionais responsáveis pelo transporte:

Médico

Nome: _____

Nº do registro

profissional: _____

Enfermeiro

Nome: _____

Nº do registro profissional: _____

Técnico de enfermagem

Nome: _____

Nº do registro profissional: _____

Motorista

Nome: _____

Nº do registro
profissional: _____

Assinatura do paciente ou responsável